



Número: **5003932-02.2019.8.13.0035**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Araguari**

Última distribuição : **20/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 2.891.304,71**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
LOPES COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA (AUTOR)	
	MARDEN OLIVEIRA BARBOSA (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL- (PFN) (RÉU/RÉ)	
Estado de Minas Gerais (RÉU/RÉ)	
MUNICIPIO DE ARAGUARI (RÉU/RÉ)	

Outros participantes	
TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADVOGADO)
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7033113000	19/11/2021 16:17	<a href="#">Relatorios contabeis -Setembro 2021- Casa Lopes</a>	Documento de Comprovação



ACERBI CAMPAGNARO  
COLNAGO CABRAL

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

---

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**LOPES COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.**  
**PERÍODO: SETEMBRO 2021**

19 de novembro de 2021





1. Introdução .....	pg 3
2. A empresa, sua crise e sua recuperação judicial.....	pg 4
3. Informações gerais .....	pg 5
3.1 Informações contábeis .....	pg 5
3.2 Informações financeiras .....	pg 12
4. Informações específicas .....	pg 14
4.1 Concorrência .....	pg 14
4.2 Crise financeira .....	pg 15
5. Cronograma processual.....	pg 16
6. Cumprimento Do Plano De Recuperação Judicial.....	pg 17
7. Conclusão .....	pg 19



# .1 INTRODUÇÃO

Acerbi Campagnaro Colnago Cabral Administração Judicial, nomeada nos autos da recuperação judicial da Lopes Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda – em recuperação judicial (doravante denominada CASA LOPES), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar Relatório de Atividades referente ao período de **setembro de 2021**.

O presente está lastreado em elementos fornecidos pela Recuperanda, analisados em conjunto com a petição inicial e demais documentos acostados aos autos, assim como com os elementos apurados pela administradora judicial e pelo perito, em conformidade com o previsto no artigo 22, II, “c”, da Lei n.º 11.101/2005.

A partir deste relatório, o juízo recuperacional, os credores e demais interessados terão acesso às principais informações processuais, financeiras e contábeis da Recuperanda, analisadas conjuntamente pela administradora e pelo perito nomeados pelo juízo.

A apresentação deste relatório observará periodicidade regular, abrangendo informações do período anterior à emissão, com o objetivo de complementação e comparação das informações, de modo a viabilizar adequado acompanhamento do quadro evolutivo da empresa.

A administradora judicial reitera, como feito em outras manifestações processuais e extraprocessuais, sua disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando sua atuação transparente e compromissada direcionada para a preservação da empresa com adequado atendimento aos direitos dos credores.

**Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral**

*Administradora Judicial*  
OAB/MG 170.449





## .2

## A EMPRESA, SUA CRISE E SUA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A CASA LOPES formulou pedido de recuperação judicial em 20 de agosto de 2019, havendo seu processamento sido deferido em 16 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Araguari/MG, no processo n.º 5003932-02.2019.8.13.0035.

Fundada em 01 de junho de 1976, a CASA LOPES é uma empresa familiar do segmento de supermercado varejista.

Foram apontadas como causas que levaram ao requerimento da recuperação judicial os seguintes motivos:

- Concorrência;
- Crise financeira; e
- Retração e inadimplência dos consumidores.

Conforme certificado no processo, a assembleia em primeira convocação não foi instaurada por falta de *quórum*.

Em 19/08/2021, instaurou-se assembleia geral de credores em segunda convocação, a qual restou suspensa, ficando estabelecida a data 15/09/2021 para sua continuidade.

Na data de 15/09/2021, foi instalada a continuação da assembleia geral de credores em segunda convocação, quando deferida nova suspensão da assembleia, que teve sua continuidade no dia 26/10/2021.

Na ocasião, o plano de recuperação judicial foi colocado em votação, havendo sido aprovado. Com intuito de demonstrar a evolução do feito até o atual momento, está administradora judicial apresenta linha do tempo com os atos de maior relevância realizados.

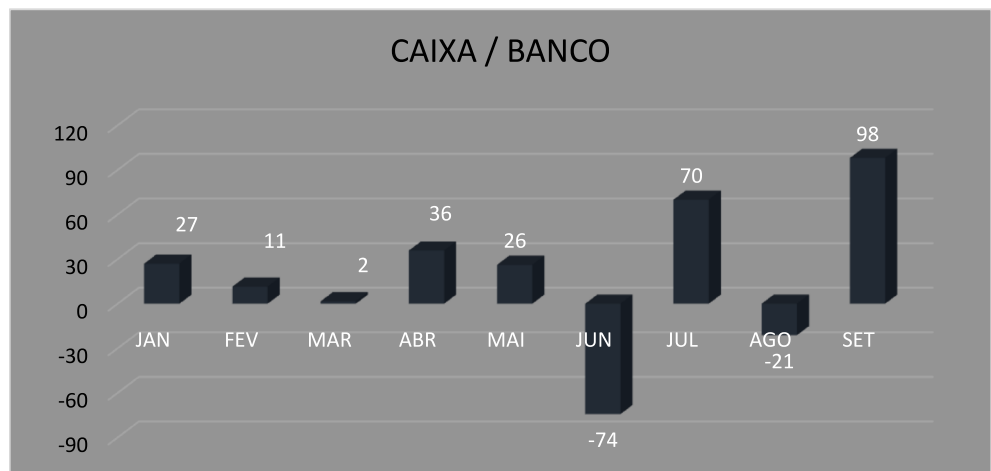


## .3

## INFORMAÇÕES GERAIS

## 3.1 Informações Contábeis

A análise da rubrica “Caixa/Bancos” aponta que houve aumento, saindo de para – R\$ 21.189,17 (vinte e um mil, cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos) para R\$ 98.045,55 (noventa e oito mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

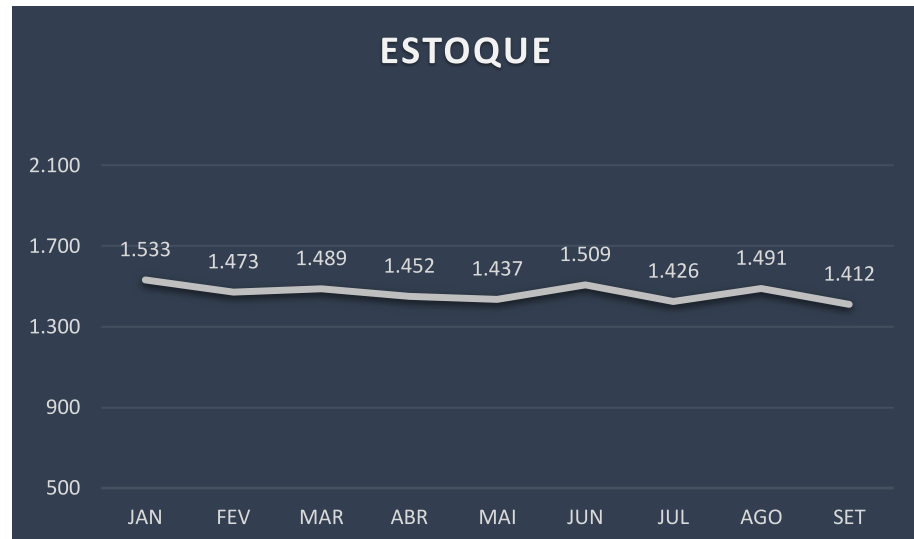


\*Valores em milhares de reais

Esta administradora judicial ressalta novamente a importância de a movimentação da conta “Caixa/Banco” ser desmembrada nas rubricas “Caixa” e “Bancos”, de modo a refletir de forma adequada e transparente as operações do fluxo de caixa e das operações bancárias.



Passando à análise da rubrica “*Estoque*”, verifica-se que houve queda de 1,23% (um vírgula vinte e três por cento), saindo de R\$ 1.490.585,09 (um milhão, quatrocentos e noventa mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e nove centavos) para R\$ 1.411.762,13 (um milhão, quatrocentos e onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e treze centavos).



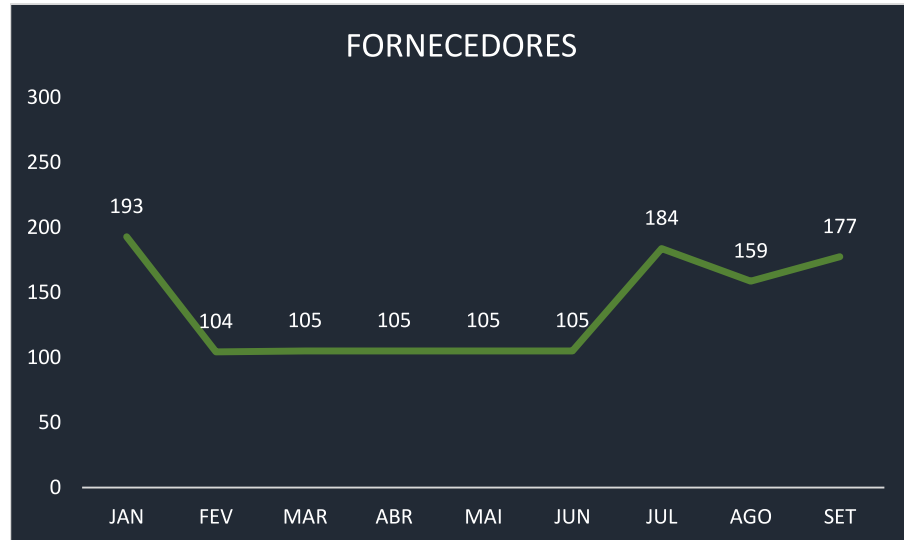
\*Valores em milhares de reais

Importante salientar que todos os atos devem ser registrados na própria competência, a fim de que os dados retratem a efetiva realidade da atividade empresarial.



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em relação à conta “*Fornecedores*”, observando a representação gráfica abaixo, é possível concluir que houve variação de 11,85% (onze vírgula oitenta e cinco por cento) no referido mês, perfazendo cifra de R\$ 177.410,83 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e três centavos).



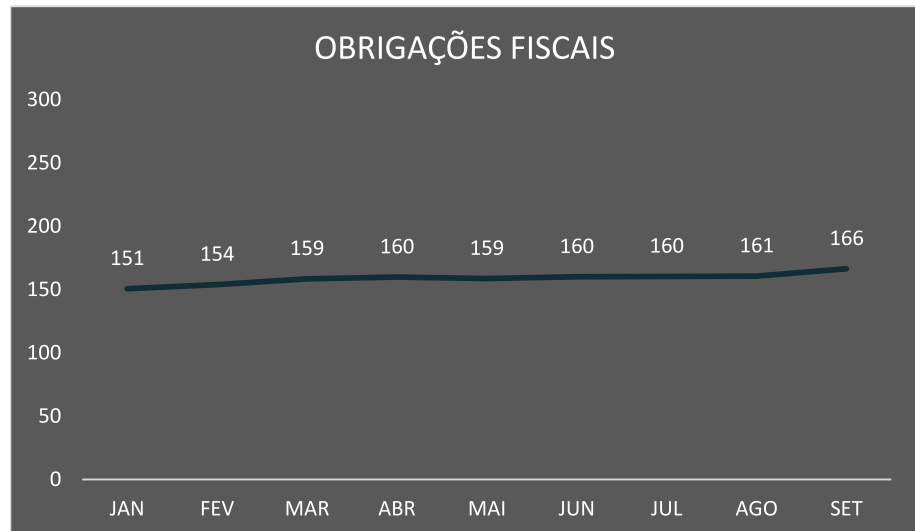
\*Valores em milhares de reais

Vale ressaltar que constam escriturados apenas os fornecedores de curto prazo pois, após deferimento da recuperação judicial, os fornecedores afetados pelo procedimento recuperacional foram reclassificados para a conta “*Credores Quirografários*”, escriturada no passivo não circulante, no montante de R\$ 275.195,90 (duzentos e setenta e cinco mil, cento e noventa e cinco reais e noventa centavos).





No que tange às “Obrigações Fiscais”, houve aumento de 3,56% (três vírgula cinquenta e seis por cento), totalizando R\$ 166.433,41 (cento e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos).



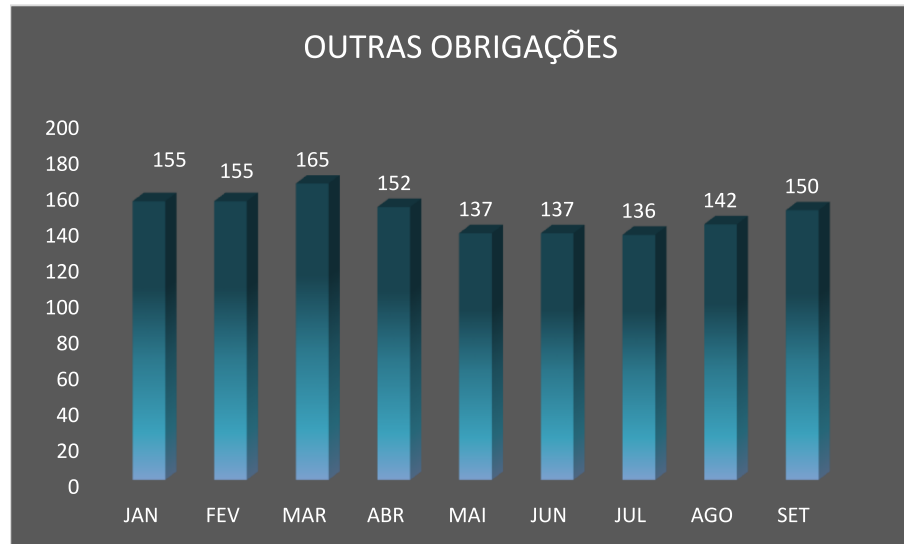
\*Valores em milhares de reais

A administradora judicial informa que as obrigações fiscais são compostas pelos seguintes débitos: PIS, no valor de R\$ 25.371,25 (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos); COFINS, no valor de R\$ 125.811,68 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e onze reais e sessenta e oito centavos); e ICMS, no valor de R\$ 15.250,48 (quinze mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos).

Com base nestas informações, bem como o lastro de registros e documentos encaminhados pela empresa, conclui-se que a Recuperanda não apresentou comprovantes de pagamento dos débitos fiscais inerentes às suas atividades, o que representa fator de risco, haja vista que tal inadimplência pode gerar sanções graves, principalmente de natureza pecuniária, além de poder inviabilizar a homologação do plano de recuperação judicial.



Relativamente ao saldo “*Outras Obrigações*”, tal rubrica apresentou aumento, saindo de R\$ 142.132,26 (cento e quarenta e dois mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos) para R\$ 149.957,03 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e três centavos), o que representa crescimento de 5,51% (cinco vírgula cinquenta e um por cento).



\*Valores em milhares de reais

Nesta análise, constatou-se que a subconta que sofreu maior variação foi aquela denominada “*IRRF a recolher*”, que saiu de R\$ 13.333,76 (treze mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e seis centavos) para R\$ 16.061,20 (dezesseis mil, sessenta e um reais e vinte centavos), assim variando 20,46% (vinte vírgula quarenta e seis por cento).

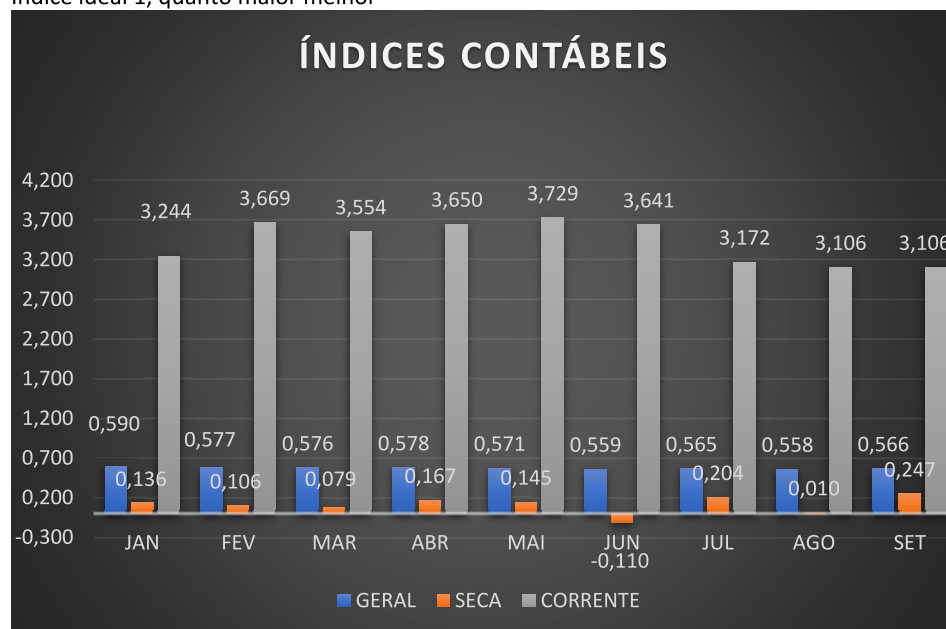
Sob este ponto, uma vez mais a administradora judicial registra que a Recuperanda não apresentou comprovantes de pagamento do FGTS e INSS. Tal inadimplência pode gerar sanções graves, além de prejudicar a homologação do plano de recuperação judicial.



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

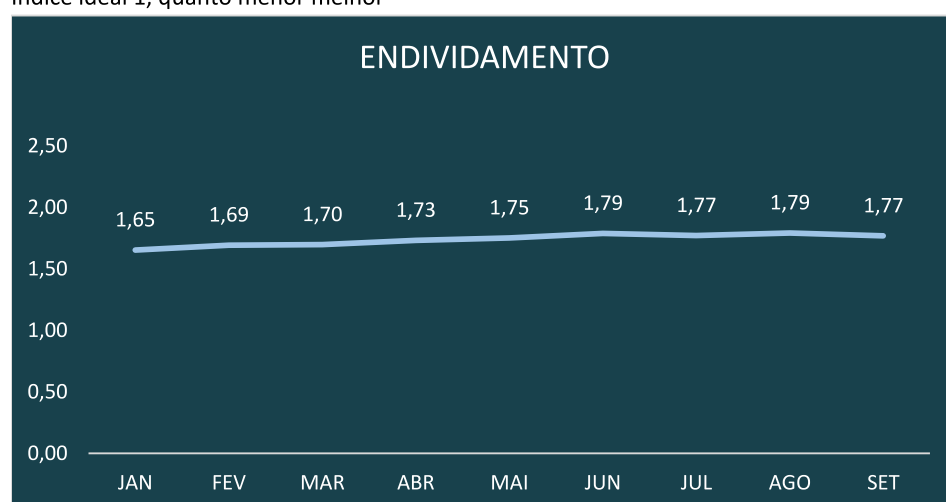
No âmbito das informações contábeis, o gráfico abaixo indica que os índices de liquidez geral e seca estão abaixo do ideal, correspondente a 1, já que mantêm relação direta com as obrigações a longo prazo, como é o caso dos fornecedores sujeitos à recuperação judicial. Já o índice de liquidez corrente, que mede a capacidade de a Recuperanda liquidar suas obrigações de curto prazo, encontra-se favorável, acima do valor de referência.

Índice ideal 1, quanto maior melhor



Ainda, o índice de endividamento apresentou constância, o que indica a necessidade de a Recuperanda continuar adotando medidas para arrefecer tal cenário, o que é fundamental para sua reestruturação.

Índice ideal 1, quanto menor melhor



O capital de giro corresponde aos recursos necessários para que uma empresa mantenha sua atividade. Neste sentido, indica a capacidade da empresa custear suas obrigações de curto prazo.

Conforme se observa no gráfico abaixo, o capital de giro líquido apresentou aumento, apresentando saldo positivo.

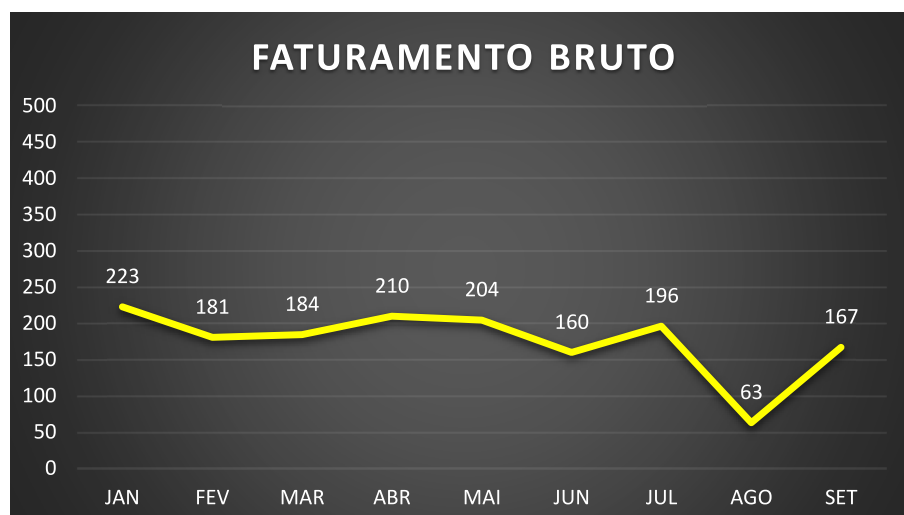


\*Valores em milhares de reais



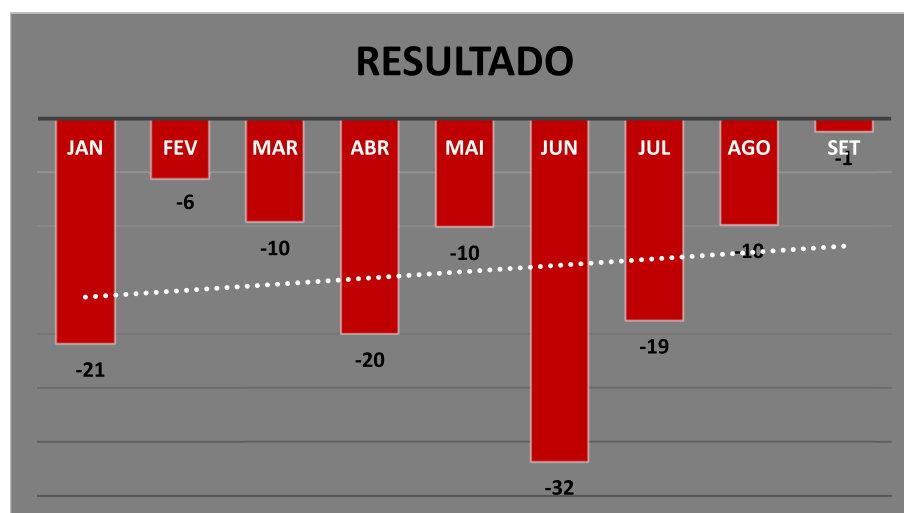
## 3.2 Informações financeiras

Passando à análise do faturamento bruto, conforme demonstração gráfica abaixo, tal índice apresentou aumento de 166% (cento e sessenta e seis por cento), saindo de R\$ 62.799,99 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para R\$ 167.059,04 (cento e sessenta e sete mil, cinquenta e nove reais e quatro centavos).



\*Valores em milhares de reais

Em relação ao resultado, a Recuperanda apresentou redução de seu *déficit*, saindo de – R\$ 9.885,30 (nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos) para – R\$ 1.258,80 (um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).



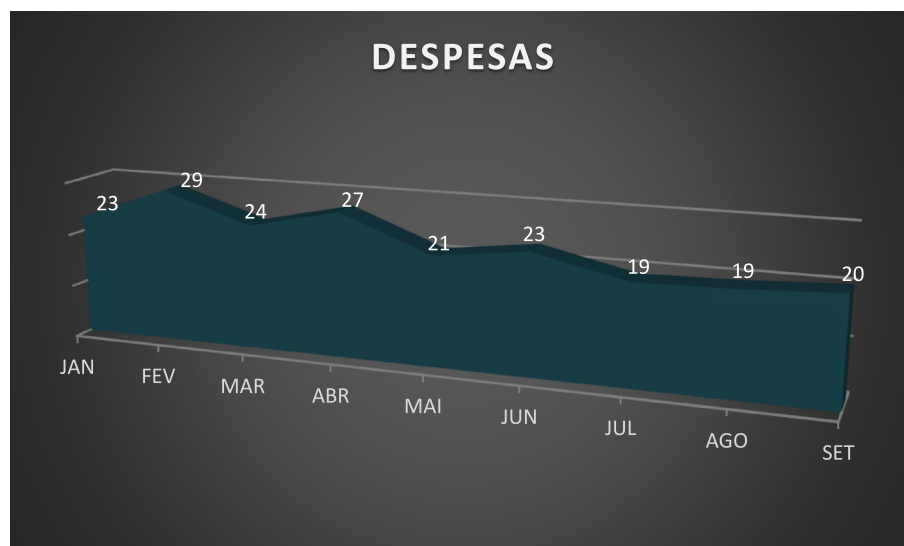
\*Valores em milhares de reais





Também é importante promover análise das despesas da Recuperanda, eis que influenciam diretamente em seu vigor financeiro.

Conforme representação gráfica abaixo, as despesas da CASA LOPES aumentaram em 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), alcançando resultado final de R\$ 20.223,99 (vinte mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos).



\*Valores em milhares de reais

Portanto, as despesas representaram 12,11% (doze vírgula onze por cento) do faturamento do mês.

Sendo assim, é importante que a Recuperanda continue adotando políticas de redução de despesas, mediante planejamento e gerenciamento dos custos diretos e indiretos, buscando a majoração do resultado e a consequente reestruturação da empresa.



.4

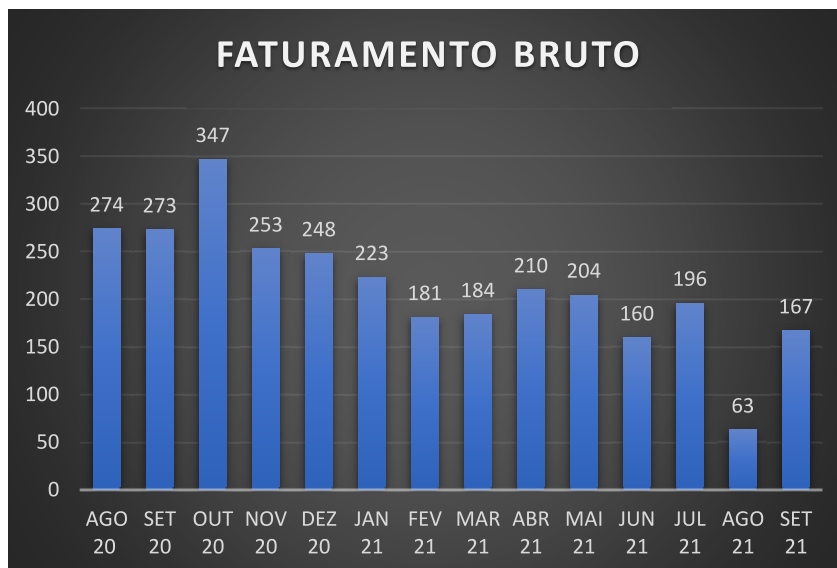
## INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

### 4.1 Concorrência

Avaliando as causas que ensejaram o pedido de recuperação judicial, nota-se que a abertura de grandes redes de supermercados na região foi fator crucial para a crise instaurada na CASA LOPES.

As grandes redes varejistas possuem maior poder aquisitivo para reposição de estoque e investem consideráveis somas em campanhas de *marketing* para aumentar a clientela, fazendo com que os pequenos grupos de supermercados, como o caso da Recuperanda, fiquem em desvantagem.

Conforme demonstração gráfica abaixo, o faturamento apresentou variação no referido mês, perfazendo saldo de R\$ 167.059,04 (cento e sessenta e sete mil, cinquenta e nove reais e quatro centavos).



\*Valores em milhares de reais

Portanto, conclui-se neste ponto que, para minimizar o impacto da concorrência e voltar a crescer, é necessário planejamento estratégico para maximizar as receitas, bem como diminuir as despesas e as desvantagens da concorrência em relação às grandes redes de supermercados.



## 4.2 Crise Financeira

O ano de 2016, apesar de haver se mostrado período lucrativo para a Recuperanda, foi o início de uma trajetória conturbada em termos políticos no Brasil. A referida crise perdura até os dias atuais e, por consequência, não permitiu que a área econômica saísse ilesa.

Nesse contexto, a crise do varejo e o aumento da concorrência na região de atuação da Recuperanda, em especial com a chegada de grandes redes de supermercado com renome internacional, dispendo de vasta quantidade de recursos, gerou processo de declínio financeiro da empresa, que culminou com o pedido de recuperação judicial em 2019.

No ano de 2020 verificou-se mais um agravante ao delicado cenário da Recuperanda: a pandemia do COVID-19, que provocou estrangulamento da economia mundial devido às medidas para frear a disseminação do vírus e que se perduram um ano depois.

Após o primeiro impacto da pandemia, já no ano de 2021, uma nova onda de contaminação do vírus foi identificada, fazendo com que o faturamento da empresa voltasse a cair.



.5

## CRONOGRAMA PROCESSUAL

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## CRONOGRAMA PROCESSUAL

PROCESSO N.º: 5003932-02.2019.8.13.0035

RECUPERANDA: LOPES COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.

DATA	EVENTO	LEI. 11.101/05
20/08/2019	Ajuizamento do pedido de recuperação	
16/12/2019	Deferimento do pedido de recuperação	art. 52, inciso I, II, III, IV e V §1º
17/12/2019	Publicação do deferimento no Diário Oficial	
17/02/2020	Apresentação do plano de recuperação ao Juízo (60 dias após a publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
09/04/2020	Publicação do 1º Edital pelo devedor	art. 52, §1º
24/04/2020	Fim do prazo para apresentar habilitação e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
02/10/2020	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no Diário Oficial	art. 53, § Único
02/10/2020	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitação/divergências)	art. 7º, §2º
01/11/2020	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
14/10/2020	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias - após publicação do Edital Art. 7º, §2º)	art. 8º
02/07/2021	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização do AGC)	art. 36
12/08/2021	1ª Convocação da assembleia Geral de Credores	art. 36, I
19/08/2021, 15/09/2021 e 26/10/2021	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
14/05/2020	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56 § 1º
	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
	Homologação do PRJ	art. 58
	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após o deferimento de recuperação judicial)	art. 61



.6

## CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

De acordo com os ditâmes do *caput* do art. 61, bem como do art. 22, inciso II, alínea “a”, ambos da Lei 11.101 de 2005, é dever do administrador judicial fiscalizar o cumprimento do plano de recuperação judicial e as obrigações ali determinadas.

Nesse sentido, cumpre mencionar a forma de pagamento dos créditos, prevista no plano de recuperação e em seus aditivos, aprovados em assembleia geral de credores:

Para integral quitação do passivo versado nesta recuperação judicial, a Recuperanda terá o prazo de 6 (seis) meses para promover a venda privada dos bens imóveis oferecidos em dação. Caso não seja possível a venda privada dos bens imóveis nesse período, haverá a submissão desses a leilão público, também no prazo de 6 (seis) meses.

### Bens imóveis listados pela Recuperanda:

Imóvel localizado na avenida Batalhão Mauá, n.º 1.421, bairro Santa Helena, registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Araguari-MG, sob a matrícula n.º 6.304.

Lote n.º 04, da quadra “B”, com frente para Rua do Contorno, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 19.526.

Lote n.º 05, da quadra “B”, com frente para Rua do Contorno, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 19.527.

Lote n.º 14, da quadra “J”, com frente para Rua Wiliam Peixoto Fernandes, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 15.990

Lote n.º 15, da quadra “J”, com frente para a Rua Wiliam Peixoto Fernandes, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 15.991.





Lote n.º 16, da quadra “J”, com frente para a Rua Wiliam Peixoto Fernandes, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 15.992.

Lote n.º 18, com frente para a Rua Wiliam Peixoto Fernandes, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 16.434.

Lote n.º 19, da quadra “J”, com frente para a Rua Wiliam Peixoto Fernandes, bairro de Fátima, Araguari/MG, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a matrícula n.º 16.435.

Destaque-se que, em que pese tendo sido aprovado em assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial ainda não foi homologado por este d. juízo. Desta forma, o período de carência para pagamento ainda não se iniciou.

Assim sendo, esta administradora judicial informa que irá fiscalizar o cumprimento das obrigações determinadas no plano tão logo seja homologado, e que assim permanecerá até o prazo estipulado em lei para tal, qual seja, 2 (dois) anos contados da concessão da recuperação judicial.



.7

## CONCLUSÃO

O exame acurado das demonstrações financeiras e contábeis da CASA LOPES evidencia que o índice de liquidez corrente permaneceu estável, permanecendo acima do valor de referência, indicando a capacidade de a Recuperanda arcar com suas obrigações de curto prazo.

Já em relação aos índices de liquidez seca e geral, estes se mantiveram abaixo do valor de referência, demonstrando que a Recuperanda não possui liquidez a longo prazo.

Importante demonstrar que o faturamento bruto da Recuperanda apresentou aumento, atingindo cifra de R\$ 167.059,04 (cento e sessenta e sete mil, cinquenta e nove reais e quatro centavos), o que indica a necessidade de a Recuperanda continuar implementando ações para otimizar seus resultados.

Assim, por estes fundamentos, esta administradora judicial frisa a importância da adequação dos procedimentos adotados pela Recuperanda, sem prejuízo da adoção de outras tantas medidas necessárias à retomada do empreendimento, respeitando sua situação financeira.

Belo Horizonte/MG, 19 de novembro de 2021.

**Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral**

*Administradora Judicial  
OAB/MG 170.449*

